

## **A Revista *A Defesa Nacional* e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937).**

**FERNANDA DE SANTOS NASCIMENTO\***

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre a revista *A Defesa Nacional* (ADN) e as transformações ocorridas no Exército brasileiro na primeira metade da década de 1930. Este projeto surgiu como extensão da pesquisa iniciada ainda durante a graduação, sobre a modernização empreendida pelo Exército durante a década de 1930. Durante a pesquisa não nos escapou a existência dessa interessante Revista, que pouca atenção recebeu dos historiadores, embora revelasse conteúdo muito importante para a interpretação do papel dos militares na sociedade brasileira.

No recinto da Biblioteca do Exército, no Palácio Duque de Caxias - Rio de Janeiro, onde é possível comprar as publicações editadas pela BIBLIEX, existe uma efusiva homenagem aos fundadores de *A Defesa Nacional*. Um grandioso painel com a reprodução do quadro de Álvaro Alves Martins, que retrata a fundação da revista *A Defesa Nacional*, figura em uma das paredes do recinto. O quadro, óleo sobre tela pintado em 1994, mostra uma cena em que treze militares estão sentados ao redor de uma mesa, com páginas da revista nas mãos, discutindo seu conteúdo. Esse quadro foi reproduzido na capa do livro *Soldados da Pátria*, de Frank D. McCann, publicado em 2007. Abaixo desse quadro, existe a foto de todos os militares fundadores de ADN e seus respectivos nomes. Por fim, uma placa de bronze ressalta a importância desse grupo e presta singela homenagem aos militares, feita em outubro de 1980.

O mais curioso, no entanto, é o desconhecimento a que a historiografia e o próprio Exército relegaram essa importante publicação, embora rendam homenagens e citações a esses personagens. Não existem dúvidas quanto ao papel fundamental dessa revista no interior da instituição, em relação às questões ligadas ao profissionalismo e à modernização militar. Por outro lado, existem pouquíssimos trabalhos que a analisam especificamente. Em 1985, Leila Capella defendeu dissertação intitulada *As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório* -

---

\* Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com projeto orientado pela Prof. Dra. Janete Silveira Abrão, com bolsa CNPq.

1913-1918 (CAPELLA, 1985). Seu trabalho, focado especificamente na questão do serviço militar, preencheu uma lacuna da historiografia em relação a esses militares. Depois disso, a história calou-se por quase vinte anos quando, em 2004, Marcia Cristina Moraes defendeu dissertação com o título de *Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional - 1913-1918* (MORAES, 2004). Suas conclusões, em alguns pontos, vão contra o trabalho vanguardista de Capella, embora este seja continuamente citado. O general Francisco de Paula Cidade foi sábio ao escrever que “No dia em que triunfarem, no campo da história militar, os princípios que tecnicamente norteiam a atividade do historiador, as coleções de *A Defesa Nacional* serão procuradas e consideradas valiosíssimas por quem queira escrever sobre a vida militar brasileira” (CIDADE, 1953: 354). Concordamos com a posição do general e acreditamos que o trabalho aqui apresentado preencherá de forma relevante uma lacuna da historiografia em relação ao papel dos militares na sociedade brasileira.

*A Defesa Nacional* foi uma revista fundada por um grupo de jovens militares em 1913. Esses militares tinham em comum o desejo de incutir no Exército brasileiro uma cultura realmente profissional, ligada às necessidades da guerra moderna. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) demonstraria a importância de tais preocupações para a vida de um país. A maior parte dos seus redatores havia participado de estágios em corpos de tropa alemães, entre os anos de 1906 e 1910. Ao retornarem ao Brasil, esses oficiais foram recebidos com pouco caso e perceberam que, se dependesse da estrutura burocrática do Exército, os ensinamentos apreendidos durante os dois anos de estágio junto ao Exército alemão seriam perdidos (TREVISAN, 1993: 135). Inconformados, um grupo de onze militares funda, em setembro de 1913, nas dependências do Clube Militar, o projeto de uma revista de assuntos militares que deveria refletir “As ideias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho”.<sup>1</sup> O texto deixa claro o atrevimento dos jovens militares ao intuir que a revista foi criada pelo próprio momento histórico, dadas as circunstâncias de atraso do Exército nacional.

---

<sup>1</sup> Ata da fundação de *A Defesa Nacional* (ADN) publicada na ADN de outubro de 1933, em comemoração aos vinte anos de fundação da revista.

Este Exército havia tentado modernizar-se antes e depois da Guerra do Paraguai (1865-1870). Havia tentado, também, inculcar em seus soldados a consciência de um exército profissional e, paralelamente, tentou mostrar à sociedade o papel importante que desempenhava na defesa do país e na garantia de seus interesses externos e internos. Através da Lei de Serviço Militar Obrigatório de 1874, tentou abrir as portas da caserna à sociedade; tentativa esta que ficou aquém das expectativas e determinou o abandono da Lei (BEATTIE, 2009). Com o advento da República e os conflitos sociais, notadamente Canudos (1897-1898) e Contestado (1912-1916), ficou evidente à parte da oficialidade, a necessidade de se adequar a Instituição aos tempos modernos. A atuação dos militares nesses conflitos deixou muito a desejar e demonstrou toda a fraqueza da Instituição. No caso de Canudos, a situação levou Euclides da Cunha a afirmar que “Não tínhamos Exército na significação real do termo” (TREVISAN, 1993: 121). A assertiva, amarga e cruamente reveladora, não era exagerada. De fato, em termos operacionais, a Instituição pouco podia fazer com seu equipamento deficiente, seu armamento obsoleto e a falta de infraestrutura dos quartéis.

As reformas pedidas e sugeridas, como alterações nas leis de promoção e organização militar, fortalecimento do ensino militar e a contratação de missões estrangeiras de instrução, eram necessárias para modernizar e adequar o Exército aos novos tempos. As reformas efetuadas, desde a proclamação da República, em vários setores da Instituição e, principalmente, aquelas efetuadas pelos ministros Caetano de Farias (1914-1918) e Pandiá Calógeras (1919-1922) criaram o mecanismo que permitiu a Getúlio Vargas destruir o sistema político da República Velha entre 1930 e 1935.

Aqui, é necessário esclarecer por qual forma de análise nosso trabalho está dirigido. Acreditamos que a perspectiva organizacional, preconizada por José Murilo de Carvalho, Edmundo Campos Coelho, Frank D. McCann e John Schulz – para citar apenas alguns autores – é a forma mais adequada para guiar o nosso estudo e a consequente interpretação dos militares em nossa sociedade. É justo, portanto, que para se compreender a instituição militar e suas relações com a sociedade e o estado, deve-se estudá-la de dentro para fora, através de seus processos constitutivos, desde o final da monarquia. Em relação à própria ADN, julgamos ter a revista um caráter político, isto é, antagônico ao que a historiografia cunhou, como um movimento apolítico. Para Leila Capella, a interpretação de que os turcos eram apolíticos parece inadequada, pois

generaliza a atuação dos grupos, deixando de lado as suas especificidades. Para a autora, o discurso dos *Jovens Turcos* era favorável ao afastamento da política mesquinha e partidária, porque isso levaria à quebra de hierarquia e disciplina dentro da corporação. Mas os *Jovens Turcos* possuíam grande preocupação em encaminhar o Exército, como instituição, para a grande política, para o envolvimento nacional, onde atuaria como uma instituição formadora de opinião (CAPELLA, 1985: 84).

O período de análise escolhido para esta pesquisa compreende a publicação da revista entre os anos de 1931 e 1937, especificamente de janeiro de 1931 a dezembro de 1937. Durante esse período, a revista manteve sua periodicidade, ainda que o Exército passasse por uma situação crítica por conta dos efeitos de seu envolvimento na Revolução de 1930. Exceção foi feita ao período de agosto de 1932 até dezembro do mesmo ano, quando a publicação foi suspensa oficialmente por seus redatores, graças à revolta paulista. Durante esse período, foram publicadas 77 revistas. A escolha do período a ser trabalhado foi convenientemente estabelecida a partir de dois acontecimentos da história brasileira: a Revolução de 1930, ocorrida em outubro, cuja consequência maior será a renovação de boa parte do quadro político e militar do Brasil e o Estado Novo, decretado em novembro de 1937, inaugurando nova ordem política e militar no país. Ao escolhermos o período de 1931 a 1937 como proposta de estudo, o objetivo deste trabalho é, principalmente, centrar-se naquele que é o período de maior discussão militar pela revista e, em contrapartida, o período no qual as reformas efetuam-se de acordo com o desejo da oficialidade militar.

Para concretizar esta investigação, era necessária a escolha de uma metodologia que abrangesse de forma satisfatória a análise de nossas fontes. Optamos, então, pela análise de conteúdo; método explorado principalmente por Laurence Bardin (BARDIN, 2004). Este método é adequado, principalmente, para análise das comunicações, pois, através da descrição e da análise quantitativa é possível partir para a interpretação qualitativa do objeto. Para Constantino, a análise de conteúdo é uma alternativa metodológica de bastante valor para o historiador (CONSTANTINO, 2002: 185). Desta forma, o método nos pareceu bastante oportuno para que atingíssemos o objetivo desta pesquisa. A leitura dos artigos da revista, sua classificação e descrição permitem ao estudioso a inferência através dos dados obtidos pelo procedimento. A inferência é o processo de compreender o sentido da comunicação, desviando o olhar para significados

ocultos que podem estar em segundo plano. Após a criação do *corpus documental*, centramo-nos em três hipóteses principais: 1) Acreditamos que é possível, através da leitura, inferir que as discussões encetadas pelos redatores e colaboradores da revista tenham acelerado o processo de modernização do Exército; 2) É possível, ainda, que suas ideias tenham influenciado a oficialidade militar a favor das reformas ou, pelo menos, um núcleo bastante coeso de oficiais; 3) Em relação às questões sociais e políticas, teria *A Defesa Nacional* importante influência sobre o corpo de oficiais.

A organização do material coletado, partindo dessas três hipóteses, permitiu a criação de duas categorias, com interessantes resultados. A categoria “Questões Militares”, reunindo textos de cunho militar relacionado principalmente às reformas efetuadas durante o período estudado nesta pesquisa, compreende a 53,03% dos textos trabalhados. Sintetizados em 96 editoriais, artigos e discursos, indicam que estas preocupações estavam no centro da discussão na instituição militar. Por outro lado, a categoria “Questões Nacionais”, reunindo textos e editoriais que tratam de assuntos como a economia ou a política e os militares, reuniu 46,96% do total de textos colhidos em *A Defesa Nacional*, entre janeiro de 1931 e dezembro de 1937. Chama a atenção, por exemplo, que temas como o *papel do Exército/ Militares e a política* sejam tão frequentes quanto os assuntos relacionados à organização militar e às reformas militares. Foram relacionados oitenta e cinco textos dentro desta categoria.

A pré-análise sugere que a ADN era uma revista com objetivos específicos, ou seja, a construção de uma “mentalidade” dentro do Exército.<sup>2</sup> A princípio, esta revista criaria aquilo que chamamos de uma “mentalidade militar”; pensamento ligado especificamente às questões de profissionalização e modernização do Exército na oficialidade. Num segundo momento, nossa hipótese nos leva à ideia de que a revista construiria também uma “mentalidade política”, pensamento em relação às questões políticas ligado, sobretudo, à relação da instituição militar com a sociedade. Nossa análise leva à suposição de que a mentalidade interventora foi forjada, também, pela ADN, durante a década de 1930 e, antes disso, entre as décadas de 1910 e 1920.

---

<sup>2</sup> Referir-nos-emos com frequência a este conceito de “mentalidade militar”, identificado pelos próprios militares nas páginas de *A Defesa Nacional*. Os redatores discutem com frequência o que costumam chamar de “mentalidade militar” e “mentalidade política”, termos estes bastante comuns ao discurso da revista. Preferimos, no entanto, aos nos referirmos a estes conceitos, identificá-los como parte de um “pensamento” desenvolvido pelos militares em relação a estas questões específicas e discutidos através das páginas de *A Defesa Nacional*.

Quem eram os militares reunidos em torno de *A Defesa Nacional*? A revista era considerada um órgão de coordenação intelectual dentro do Exército com atribuições específicas: difundir e promover a discussão dos problemas que interessavam à classe militar, de forma coesa e inteligente. Para seus redatores, também

é necessário que, para contrapor-se aos inúmeros órgãos de publicidade que encaram os fatos à mercê das suas conveniências doutrinárias, haja, também, uma fonte permanente de orientação da classe no sentido de conduzir, orientar e esclarecer esses fatos de acordo com uma mentalidade única e sã; inspirada na orientação (...) que deve encarar as conveniências do Exército.<sup>3</sup>

Há que se considerar que esta publicação havia sido, até aqui, mantida pela elite dos oficiais do Exército Brasileiro. Sem dúvida, a revista beneficiava intelectualmente os oficiais. Ela representava a elite intelectual da instituição e se propunha a desempenhar grandes benefícios para a mentalidade do Exército. *A Defesa Nacional* era uma sociedade civil, não ligada ao Exército, mas composta de militares que desejavam trabalhar pelo engrandecimento deste e pela defesa da Pátria.

Entre os militares que fizeram parte do Grupo Mantenedor de 1913 a 1931, encontramos nomes de homens importantes que estiveram engajados com o projeto encabeçado por *A Defesa Nacional*: Pantaleão Pessoa, Eurico Dutra, Paes de Andrade, A. F. Correia Lima, Tristão Araripe, J. B. Magalhães, Mario Travassos, Humberto Castelo Branco, Gustavo Cordeiro de Faria, Góes Monteiro, Luiz A. Correia Lima e Valentim Benício da Silva. Estes militares teriam atuação fundamental na constituição do “novo exército”, seja através de sua atuação política, seja através de sua produção intelectual. Em maio de 1931, organizou-se o corpo de Sócios da Revista com 156 interessados, dos quais: onze generais, oito coronéis, catorze tenentes-coronel, vinte e quatro majores, cinquenta capitães, quarenta e um tenentes, além de dois civis e seis membros da Marinha. Em relação ao grupo de oficiais da ativa, a média de participação como sócios da ADN ficava em torno de 10,5% ou seja, do número total de oficiais para o ano de 1931, 10,5% destes eram sócios de ADN. Considerando-se as médias individuais de cada posto militar, o que mais chama a atenção em relação à participação como sócios de ADN é o grupo dos generais: 27% dos generais da ativa faziam parte deste grupo. Os dez generais (um já havia sido reformado) eram: **General Klinger**,

---

<sup>3</sup> *A Defesa Nacional (de um observador Militar)* em *A Defesa Nacional*, Abril de 1935.

**general Góes Monteiro**, Gen. Deschamps Cavalcanti, **Gen. Raymundo Barbosa**, general Aranha da Silva, Gen. Álvaro Mariante, Gen. João Gomes Ribeiro Filho, Gen. **Franco Ferreira**, **Gen. Ferreira Johnson** e Gen. Pantaleão Telles. Destes, seis foram ao posto de General de Brigada por conta das promoções efetuadas em fevereiro de 1931 e chegaram justamente a este cargo por estarem em conformidade com os ideais da Revolução, principalmente em relação ao Exército. Sua presença no corpo de sócios de ADN revela a importância que a revista toma nesse novo contexto de trabalho, para a reorganização da Instituição. Mais ainda: destes dez generais, seis estavam engajados com o projeto de ADN desde o final da década de 1910.

Dos noventa e seis textos sobre as Questões Militares, setenta e um estavam localizados no período de 1931-1934, na revista. A partir de 1935, a revista passa por uma mudança estrutural, onde o editorial é suprimido e novas seções são criadas, administradas por um grupo maior de militares. A mudança ocorrida em 1935 foi relevante: a partir de janeiro, até dezembro de 1937, existiam apenas vinte e cinco textos sobre as questões militares de um total de noventa e seis. Qual seria a ênfase, então, da revista? No período de 1935 a 1937, existiram trinta e dois textos publicados relativos à política, política e exército, patriotismo e comunismo. Nos textos de política, a corrente ideológica predominante era o autoritarismo. Durante o período de 1931 a 1934, somente vinte textos referiam-se a estas questões e de forma bastante confusa.

Os vinte e cinco textos publicados sobre as Questões Militares, a partir de 1935, permitem supor duas coisas: primeiro, as reformas postas em prática a partir de 1934 serviram para acalmar os ânimos da oficialidade que estava ávida por reformas. Isto, então, diminuiu sua demanda por textos relacionados à requisição de mudanças. Segundo, a mudança de rumo com o novo formato, a partir de 1935, levou a revista muito mais à discussão do caráter político e nacional, embora tenha se tornado uma publicação mais organizada e voltada ao profissionalismo militar. Exemplo desta fidelidade ao profissionalismo é a discussão dos assuntos relativos às provas para admissão na Escola do Estado Maior, que passaram a ser publicadas pela revista a partir de 1935. Esta mudança de rumo permite supor que a revista decidiu agir mais presentemente na disseminação da *política militar*, ou seja, dos parâmetros da política *do Exército*, embora este assunto tenha sido já referido pelos redatores, por volta de 1932. A mudança de parâmetros a partir de 1935 permite supor que houve a vitória da

corrente interventora dentro da instituição militar, colocando, assim, *A Defesa Nacional* em importante lugar dentro da formação da mentalidade militar, qual seja, a concepção de que o Exército não podia mais ser “o grande mudo” em relação às questões políticas.

Os militares compreendem alí a necessidade de discutir as questões nacionais através de sua revista mais tradicional e polêmica. A hipótese de trabalho para a supressão do editorial, a partir de 1935, está ligada à necessidade de coesão do Exército e de disciplina: basta lembrar que McCann acredita que o apoio intelectual para o projeto dos oficiais revolucionários da década de 1920 partiu das páginas de *A Defesa Nacional*, principalmente de seus artigos e editoriais (MCCANN, 2007: 278). Sendo o editorial considerado pelos próprios redatores como uma página de *caráter doutrinário*, sua supressão pode estar ligada à necessidade de manter maior coesão dentro da Instituição. Desta forma, o discurso da revista entre 1913-1920 pode ter influenciado de forma decisiva a jovem oficialidade do Exército. O mais curioso é que durante o período de 1935-1937 as reformas não paravam: no relatório de Ribeiro Filho, relativo ao ano de 1935, sérias críticas foram feitas às leis promulgadas por Góes Monteiro e, no entanto, a revista, em três anos, publica a média de menos um texto por mês sobre essas questões. Ou seja, ou o editorial servia de lenha para atizar o ânimo dos militares ou sua exclusão teria sido uma tentativa para fechar a Instituição sobre si mesma, como uma espécie de censura.<sup>4</sup>

A convicção de que a política militar poderia regenerar o país era opinião corrente entre a oficialidade. Durante o ano de 1934 vários boatos de conspirações rondaram os ouvidos do presidente Vargas, todos partidos de militares. Para o General Daltro Filho, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), os militares eram a “única reserva organizada no espírito nacionalista e o único freio que ainda se pode opor decisivamente às tendências desagregadoras, internas ou estranhas à comunhão brasileira” (VIANNA, 2007: 133). A opinião de Daltro Filho é muito similar àquilo que foi difundido no primeiro editorial de ADN. Para os fundadores da revista, em seu

---

<sup>4</sup> Para Hayes, a partir de 1934 a ADN deixou de ser o canal pelo qual os militares manifestavam seu pensamento em relação aos problemas nacionais que os preocupavam. Para o autor, este papel passou a ser desempenhado pela Revista Militar Brasileira a partir de então. IN HAYES, Robert. **Nação Armada. A Mística Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1991. p. 162 Embora não tenhamos pesquisado o referido periódico, não concordamos com a afirmação de Hayes, pois, aparentemente, falta comprovação da mesma pelo próprio autor. Hayes não demonstra ter efetuado um levantamento de *A Defesa Nacional*, como também não demonstra ter levantado a Revista Militar Brasileira.



primeiro editorial de 1913, o Exército “única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente – vai às vezes, um pouco além de seus deveres profissionais para tornar-se, em dado momento, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social”.<sup>5</sup> Ou seja, na fala de Daltro Filho, encontram-se vários elementos comuns à fala dos redatores de ADN, como o Exército sendo a única força organizada da nação e a convicção do regime desagregador imposto pelos políticos, desde o advento da República.

Este discurso será amplamente defendido pela ADN durante a década de 1930, assim como o havia sido durante a década de 1920. A oficialidade estava imbuída de ideias comuns, que faziam parte da crença no papel dos militares em uma nacionalidade em construção como a do Brasil. As relações do Exército com a defesa nacional e as relações deste com a política deixava cada vez mais claro aos militares que era necessário adaptar à política ao Exército ou, em outras palavras, fazer uma política *do Exército*.<sup>6</sup> Os militares já estavam conscientes de que a Instituição não deveria fazer a política partidária e sim participar de forma coesa da política nacional, como o braço armado do Estado, defendendo os seus interesses através de uma política de desenvolvimento social e econômico para a nação. Esta percepção também foi difundida pelos redatores de ADN ainda na primeira década de sua existência: basta lembrarmos a insistência dos autores em que o Exército não deveria participar da política com “p minúsculo”, aquela ligada a partidarismos e intenções individualistas de alguns oficiais, mas da política com “P maiúsculo”, irradiada pela Instituição de forma coesa e disciplinada.

Cabe destacar aqui, a ação de um militar como presidente de *A Defesa Nacional* durante o período aqui estudado: o então major J. B. Magalhães, que terá uma participação chave, tanto no interior da revista e nas ideias que ela advoga quanto no interior da própria Instituição militar. Magalhães se destacou pelo seu trabalho junto ao Estado Maior do Exército e por uma produção intelectual voltada para as letras, na

---

<sup>5</sup> EDITORIAL em *A Defesa Nacional*, No. 1, ano 1, outubro de 1913

<sup>6</sup> Fazemos referência aqui à frase tão famosa do General Góes Monteiro: “Aliás, sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército” [grifo no original]. IN MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército**. Rio Janeiro: Andersen Editores, 1934, p. 163.

participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

João Batista Magalhães entra como redator da ADN em novembro de 1931, cargo em que permanecerá até agosto de 1934. Porém, sua participação na revista já havia sido efetuada antes disso, pois registramos que de 1926 a 1929 Magalhães fazia parte do grupo mantenedor da revista. Durante o período que esteve envolvido diretamente com a produção da revista, isto é, entre 1931 até 1934, Magalhães foi responsável pela produção dos editoriais da revista. Embora os editoriais não estejam assinados, é possível inferir que a partir de janeiro de 1932 eles tenham sido escritos por Magalhães. Todos os editoriais escritos entre janeiro de 1932 e agosto de 1934 são caracteristicamente longos, abordam vários assuntos, possuem termos em francês e latim e possuem um fio condutor: a questão da *política das forças armadas*, ponto crucial de um novo pensamento militar que irá se estabelecer entre a oficialidade. Analisando outros escritos assinados por esta oficial, como o projeto constitucional sobre a defesa nacional e, mormente, suas obras literárias em relação ao Exército, é possível identificar trechos bastante similares àqueles publicados nos editoriais da ADN. Mesmo expressões em francês que são frequentemente utilizadas nestes editoriais, possuem frequência similar em escritos assinados pelo oficial.

Em 1932, na condição de oficial do Estado Maior do Exército, Magalhães é o responsável pela elaboração do anteprojeto constitucional relativo às classes armadas e à defesa nacional (MAGALHÃES, 1949: 160). Este trabalho tem por objetivo discutir os pontos a serem inseridos na nova Constituição Nacional. Seu trabalho, dividido em cinco pontos, é extenso: nele, o autor revela ser grande possuidor de cultura geral, pelos temas que aborda. Sua insistência, em relação aos problemas da defesa nacional e da guerra moderna, demonstra o alto grau de assimilação das ideias propagadas pela Missão Militar Francesa, da qual foi um dos melhores alunos durante a década de 1920. As disposições constitucionais acabam por ser consideradas como sendo de Góes Monteiro, representante do Exército na comissão da constituinte em 1933. Para Bretas, ao ser nomeado membro encarregado da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional “Góes apresentará suas ideias relativas à organização política do Brasil, centrando suas colocações numa concepção mais radical e efetiva da defesa nacional. Nesse sentido, clarifica-se uma proposta autoritária que vai da restrição dos

direitos individuais à concentração do poder pelo executivo” (BRETAS, 2008: 52). Ora, vimos que quem elabora o pré-projeto constitucional concernente às forças armadas é Magalhães, oficial do EME; Góes Monteiro, como oficial maior do grupo eleito para a constituinte apenas reforçou muitos desses pontos, que eram de interesse direto do EME. É possível também que as ideias defendidas por Góes fossem parte de um *lugar-comum* para parte da oficialidade militar. Entendemos por lugar-comum “um fundo compartilhado de ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos” (BRESCIANI, 2005: 41) amplamente defendidas e partilhadas pelos militares entre os anos de 1910 e 1930, cujo maior expoente destas ideias é *A Defesa Nacional* e o grupo reunido em torno da revista.

O discurso de uma política militar também será encontrado em Góes Monteiro. De fato, foi a sua fala que materializou para a história a questão da *política do Exército*, embora este discurso estivesse associado aos militares de uma forma geral, como aqui apresentado. A obra intitulada “A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército”, publicada apenas em 1934, traz um esboço histórico da participação de Góes Monteiro na Revolução de 1930, suas ideias políticas em relação ao Exército e ao Brasil e uma série de tópicos expostos pelo militar em uma reportagem para o periódico “O Jornal”, em 1933 (MONTEIRO, 1934). Por último, a obra apresenta o discurso feito por Góes Monteiro no momento de sua aceitação do cargo de Ministro da Guerra, no final do mês de janeiro de 1934.

Ao que tudo indica, o esboço histórico e o subtítulo “finalidade política do Exército” foram escritos antes de junho de 1932, pois Góes Monteiro faz uma referência ao Ministro da Guerra, general Leite de Castro. O que nos chama a atenção é que a obra foi publicada apenas em 1934, no entanto, as ideias ali expostas já estão nas páginas de ADN. Existem duas hipóteses para isto: ou o esboço escrito por Góes entre 1931 e 1932 circulava entre os oficiais de Estado Maior do Exército e acabaram influenciando os redatores de ADN ou Góes Monteiro acabou sendo influenciado pelas ideias que formavam um fundo compartilhado, na acepção de Bresciani sobre o lugar-comum. Parte dessas ideias teria, efetivamente, o núcleo de *A Defesa Nacional* como principal difusor.

Para Góes Monteiro, a república velha ruiu com a organização do Exército, o partidarismo político e sua infiltração acentuada na caserna corroeram a disciplina e a

hierarquia da Instituição e o liberalismo continuava sendo um sistema político não ideal. A situação dos militares era dificultada, ainda, pela incompreensão do papel do Exército pelos políticos. Para reorganizar a Instituição, faz-se necessária uma lei de promoções que assegure a entrada dos mais capazes ao oficialato e seja capaz de afastar aqueles homens que não possuem talento para a profissão militar.

A similaridade dos discursos é curiosa: os mesmos elementos estão presentes como a necessidade de se adequar a política do país à política militar e à consciência de que isto só será possível a partir do momento em que a ideia de que o Exército é um *órgão essencialmente político* for aceito. Todos os militares concordavam que “todo o mal consiste em tornar-se o militar político partidário, faccioso ou tribul” e que este comportamento só poderia levar à indisciplina e à dissociação da Instituição, nas palavras de Góes (MONTEIRO, 1934: 134). Neste quesito, os redatores de ADN complementam, em abril de 1932, ao dizer que “jamais lhe adveio qualquer vantagem das influências políticas em sua intimidade”.<sup>7</sup>

Em relação aos projetos de modernização do Exército, foram três os eixos principais de discussão da revista durante o período aqui pesquisado: as reformas militares, o problema da coesão dentro da instituição e a questão das Polícias Militares estaduais. Tais temas correspondem a 53,03% dos textos trabalhados nesta pesquisa, sintetizados em 96 editoriais, artigos e discursos, indicando que estas preocupações estavam no centro da discussão da instituição militar.

A questão da organização geral da Instituição e da necessidade de sua modernização corresponde 35,3% do total de textos trabalhados nesta pesquisa (181), o que é revelador, pois indica a grande preocupação dos militares em relação a sua Instituição, bem como a consciência da necessidade de mudança. Indica-nos também que os militares adquiriram maior consciência de sua própria existência como entidade diferente, relativamente aos outros grupos da sociedade. Este fato, aliado ao crescimento do poder do grupo, fez com que o Exército se transformasse em uma entidade muito diversa daquilo que foi antes do período de 1930. Para Coelho, a fase iniciada em 1930 fez com que o Exército deixasse de ser uma mera “organização” para transformar-se em instituição na consciência de seus membros. Esta mudança só será efetivada por conta

---

<sup>7</sup> **A Política Militar e a prática política** em *A Defesa Nacional*, abril de 1932.

das reformas aplicadas no seio da Instituição, principalmente na formação de líderes (COELHO, 1976: 128-126).

Durante esse período o Exército lutou, ainda, contra o fantasma da sedição e da desobediência dentro da própria Instituição, resultado inegável dos processos desencadeados durante a década de 1920, que culminaram na sua desestruturação total no início da década de 1930. A incorporação dos anistiados dos movimentos de 1922 e 1924 ao Exército, bem como a sua colocação junto aos quadros ativos seriam fatores que, após 1930, contribuíram de forma decisiva para os conflitos dentro da Instituição. Os chamamentos por coesão, disciplina e hierarquia – pilares de qualquer instituição militar - seriam pautas contínuas nas páginas de ADN, ainda em 1937. Por último, a questão das Polícias Militares estaduais seria um assunto de grande interesse pelos militares. A existência de polícias estaduais equiparadas ao Exército feriam o princípio da unidade nacional ao medirem forças com o próprio Exército, ao terem as suas atribuições confundidas com as do Exército e ao possuírem unidades e serviços semelhantes àqueles do Exército. O problema da existência das polícias ficaria claro para os editores de ADN a partir do movimento paulista de 1932 e da possibilidade de um embate armado entre Getúlio Vargas e o general Flores da Cunha, interventor do estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1935. Esses textos eram continuamente publicados nas páginas de ADN desde 1931 até 1935.

Em síntese, os militares acreditavam que estavam vivendo um *espírito novo* - expressão utilizada, várias vezes, pelos editores de ADN - simbolizado por uma nova energia e capacidade construtiva que romperam a timidez de ação e a rotina que dominavam a Instituição há bastante tempo. Esse *espírito novo* corresponde a um Exército consciente de seu papel, da necessidade de centralismo político, estendendo o alcance do Estado à vastidão do território nacional. Simboliza também o aumento do poder intervencionista da Instituição na política, representado pelo importante apoio ao golpe do Estado Novo e, por outro lado, pelo alcance estratégico desta Instituição no território brasileiro, por conta do aumento significativo de seu efetivo. Para os militares este “*espírito novo* (...) há de vencer.”<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Editorial **O Momento Militar e as influencias imponderáveis** em *A Defesa Nacional*, Ano XXI, no. 238, março de 1934.

Desta forma, através de nossa análise, identificamos em torno do grupo de oficiais reunidos em *A Defesa Nacional* a tentativa bem sucedida de dotar o Exército de uma doutrina em relação à segurança nacional – dita defesa nacional pelos militares, aos problemas sociais e aos problemas propriamente ligados à questão militar. Este papel é muito importante em um momento da história onde a Instituição carece de um órgão que estabeleça suas doutrinas. O Estado Maior, embora existisse desde o final do século XIX era, até a década de 1930, um órgão separado de suas atribuições de preparação da nação e da própria instituição para a guerra. É a partir da contratação da Missão Militar Francesa e seus cursos voltados ao Estado Maior que os militares passam a compreender melhor o importante papel do órgão dentro do Exército. Num segundo momento, a partir do final da década de 1940, a doutrina militar emanará também de outro órgão: a Escola Superior de Guerra que, dentre seus vários discursos, figurará com bastante força a questão da segurança nacional, conceito tributário do pensamento relacionado à defesa nacional tratado nas páginas de *A Defesa Nacional*.

Embora a maior parte dos estudos sobre os oficiais reunidos em torno de *A Defesa Nacional* os identifique como apolíticos, acreditamos que esses oficiais tinham consciência de seu papel político dentro da sociedade brasileira. Esses oficiais identificavam a necessidade de se estabelecer a política militar e, desde 1913, percebiam os perigos de imiscuir a Instituição na política partidária e mesquinha que movia os interesses individuais dos militares. A Instituição deveria, pois, agir positivamente de forma única, onde apenas os seus interesses tivessem importância, juntamente com a grandeza da nação.

O objetivo inicial desta pesquisa era investigar a influência desta revista no processo de modernização do Exército brasileiro, bem como o papel exercido por alguns de seus redatores. Ao longo do processo analítico, acabamos por aprofundar muito mais nossas hipóteses e partir para o pressuposto de que o núcleo de militares reunidos em torno de *A Defesa Nacional* contribuiu muito mais do que apenas nas questões concernentes à modernização. Enquanto o Exército se dividia em clivagens internas durante a década de 1920 e na depuração dos movimentos insidiosos, o núcleo em torno da revista permaneceu coeso e unido em torno de um só ideal: trabalhar pela criação de uma doutrina de guerra e pela grandeza do Exército e da nação. Fomos, portanto, surpreendidos com a importância desta publicação no meio militar e, mais

ainda: pela projeção do grupo, a partir de 1930, reunido em torno da revista e de seu projeto político-militar, que deixou de ser discurso para se tornar ação.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945**. EDUSP: São Paulo, 2009.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O Charme da Ciência e a sedução da objetividade**. UNESP: São Paulo, 2005.

BRETAS, Marcos Luiz. O General Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. IN **Revista Militares e Política**, no. 2, janeiro-julho de 2008

CAPELLA, Leila. **As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório**. UFF, 1985.

CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura Militar Brasileira**. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1953.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Forense, 1976.

CONSTANTINO, Núncia. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: Pertinência e possibilidades. In **Revista Estudos Ibero-Americanos**. Junho 2002.

MAGALHÃES, J. B. **Estudo sobre as disposições a inserir na nova constituição relativamente à defesa nacional e as classes armadas**. IN Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 202, Janeiro-Março de 1949.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. Companhias das Letras: São Paulo, 2007.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército**. Rio Janeiro: Andersen Editores, 1934.

MORAES, Maria Cristina. **Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional (1913-1918)**. UNESP, 2004

TREVISAN, Leonardo. **As Obsessões Patrióticas: Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado. USP, 1993.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935 - Sonho e Realidade**. Expressão Popular: São Paulo, 2007.